DOI: 10.53981/destroos.v5i2.57128
Editorial

DECOLONIZAR O DECOLONIALISMO: NOTAS PARA UMA TRA(D)IÇÃO NÃO-DIALÉTICA

Adityas Soares de Moura Costa Matos
Thaisa Maria Rocha Lemos

A ideia de "virada decolonial" foi cunhada para se referir à posição insurgente de singularidades que, cientes de que as significações erigidas pelo colonialismo europeu não podem ser confinadas dentro dos seus estritos limites temporais (final do século XV até meados do século XX, já na sua forma imperialista), passaram a colocar em xeque os modos de domínio que continuam a grassar em nossos "Estados independentes com sociedades coloniais" sob a forma de colonialidades do ser, do poder e do saber, envolvendo, portanto, dinâmicas ontológicas, políticas e epistemológicas que não são redutíveis a rótulos confortáveis tais como aqueles da "ideologia", do "subdesenvolvimento" e do "sentido da história".

A partir da denúncia da complexa rede das hierarquias capitalistas, raciais e de gênero geradas pelo colonialismo, que tem no Estado a sua forma-política, a formulação teórica desenvolvida pelos pensadores decoloniais conquistou uma posição de destaque no âmbito acadêmico. No entanto, grande parte desses autores, apesar de apontarem a necessidade de se "escovar a contrapelo" a história oficial escrita sob o ponto de vista dos usurpadores de Abya Ayala, apresentam uma postura ambivalente, uma vez que parecerem afiançar a possibilidade de que as mesmas estruturas institucionais criadoras e reprodutoras de formas de dominação, subalternização e desumanização inerentes à colonialidade possam se converter, por meio de uma decolonização, no seu exato oposto. Ademais, é perceptível a tentativa de se criar uma identidade fixa decolonial, que funcionando como uma espécie de "selo de qualidade", separe o pensamento *bom* do *mau*, relegando toda a tradição filosófica do Ocidente a uma espécie de limbo, como se ela fosse intrinsecamente negativa e não pudesse ser usada de outras formas.

Nesse sentido, é interessante perceber que no mesmo movimento em que se denuncia – e aqui, devido à brevidade exigida de um editorial, tomamos como exemplo apenas as exposições de Ramon Grosfoguel – a maneira como categorias teóricas, políticas, econômicas e jurídicas ocidentais serviram à incorporação da colonialidade do poder no nível das estruturas nacionais-estatais, se afirma também a possibilidade de ressignificar o Estado, a democracia e o direito a partir de perspectivas ameríndias, tais como a aymara ou a tojolabal, por exemplo.[1]

Não se trata de afirmar a impossibilidade de tal "ressignificação" apenas porque o substrato dessas categorias é ocidental. Neste ponto seguimos Aimé Césaire, que em sua carta de desligamento do Partido Comunista Francês pontuou a necessidade não de uma pura e simples negação de tais construtos, exigindo-se, ao contrário, uma aplicação contextualizada e marcada pelo cuidado de perceber o que de fato seria compatível com as situacionalidade e as perspectivas de sujeitos coloniais.[2] Segundo entendemos, é preciso tomar consciência da impossibilidade de subversão da maquinaria política ocidental em seu próprio campo. Afinal, estamos inseridos em uma realidade na qual ninguém com o mínimo senso crítico ousaria negar que opera um dispositivo que captura as vidas de singularidades marcadas pela colonialidade do ser apenas para incluí-las no âmbito da proteção do ordenamento jurídico para serem por ele abandonadas. Tal relação de abandono – característica do estado de exceção –, por meio da qual a lei se aplica desaplicando-se, longe de decorrer de um mal

[1] GROSFOGUEL, *Diálogos descoloniales con Ramón Grosfoguel*.
[2] CÉSAIRE, *Lettre de démission du PCF*.

funcionamento das instituições ou da traição a algum de seus pressupostos basilares, constitui-se enquanto a "raiz ontológica de todo poder político"[3] separado.

Dessa forma, a tentativa de erigir o novo dentro dos códigos hermenêuticos, normativos e institucionais fornecidos pelos asfixiantes quadros do pensamento moderno, liberal e colonial se revela, de partida, como uma empresa condenada ao fracasso. Isso ocorre porque, por estar inserida no mesmo círculo de poder ao qual procura se contrapor, tal tentativa acaba por perpetuá-lo, se configurando, portanto, como sua contraparte e sua força motriz, na medida em que a sempre renovada concessão de novos e melhores direitos tendem a aplacar qualquer insurgência real contra a ordem estabelecida, garantindo assim a perpetuação do sistema. Audre Lorde já havia percebido essa dinâmica de captura do destituinte pelo instituído em 1979, ao afirmar que "as ferramentas do mestre não irão desmantelar a casa do mestre. Elas podem nos permitir temporariamente ganhar dele em seu jogo, mas elas nunca vão nos possibilitar uma mudança genuína".[4]

Reconhecemos a importância dos conceitos e estratégias criadas pelo pensamento decolonial na medida em que, em sua função mediadora, permitam perceber a complexidade dos fenômenos que se pretende compreender. No entanto – talvez buscando se precaver contra acusações de "extrativismo epistêmico" –, muitas vezes os autores decoloniais se recusam ao desafio de "pensar outramente", ou seja, pensar com e a partir de outras mentes, o que, por certo, permitiria a introdução de novas possibilidades de imaginação política, abandonando assim os limites extremamente subjetivados pelas estruturas estatais e legais de cariz liberal que tendem a ser pressupostas como horizonte inamovível. Nesse sentido, frente ao desafio de inventar uma nova política, Grosfoguel reconhece a dificuldade de se criar algo que não carregue em si a colonialidade do poder.[5] No entanto, a dificuldade em se criar tal política não nos exime da responsabilidade de desenvolvê-la. Ao contrario do afirmado pelo teórico porto-riquenho, para quem a decolonialidade não é um projeto de retorno ao passado, mas uma iniciativa do presente tendo em vista o futuro, apostamos em outro tipo de relação com a memória histórica que, contra o contínuo cortejo triunfal dos vencedores, cita no presente as lutas passadas dos vencidos da história, na linha da aposta de Walter Benjamin, que nos fala acerca da necessidade de um "salto de tigre" em direção ao passado para dali se apropriar da tradição dos oprimidos e, tendo em vista o futuro, nela se inspirar nela para interromper a catástrofe presente.

Contra essa "memória frouxa" que muitas vezes se infiltra despercebida no discurso decolonial, a lição benjaminiana oferece como fundamento da ação política a autoconsciência histórica, possível apenas a partir da compreensão e da rememoração no presente das experiências passadas. Afinal, não seria sensato, em um mundo que envelhece a cada dia, agir como a eterna criança que, a cada novo amanhecer, deseja recomeçar tudo do zero.[6] Todavia, se não nos convém começar tudo de novo, também não nos é possível "ressignificar" as estruturas estatais e liberais que diuturnamente nos violentam por meio de simples adaptações cosméticas de filosofias políticas ameríndias. O estatalismo liberal e o pensamento ameríndio são experiências políticas imiscíveis e que contrastam tão completamente que não podem pertencer ao mundo da contradição dialética – sempre chamada a gerar novas sínteses conectivas –, mas apenas ao das disjunções exclusivas. Afinal, quais conexões poderiam ser tramadas entre o pavoroso palavrório jurídico-teológico do léxico político ocidental e as perspectivas políticas ameríndias que, em grande parte, sob uma óptica não antropocêntrica, buscam constituir uma vida em comum a partir da recusa de qualquer autoridade, secular ou divina, apostando na horizontalidade sempre conflituosa, jamais dialética, entre as singularidades, sejam elas humanas, divinas, animais,

[3] AGAMBEN, *Homo sacer*, p. 55.
[4] LORDE, *Irmãs outsider*, p.137.
[5] GROSFOGUEL, *Diálogos descoloniales con Ramón Grosfoguel*.
[6] BENJAMIN, *GS IV.2*, p. 819.

vegetais ou minerais – e ar e água e tudo que existe? Frente a esse aparente apego de alguns teóricos decoloniais à servidão, faz-se pertinente reproduzir os questionamentos de Ailton Krenak: "Quando a gente vai entender que os Estados nacionais já se desmancharam, que a velha ideia dessas [instituições] já estava falida na origem? Por que insistimos tanto e durante tanto tempo em participar desse clube, que na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade? Será que não estamos sempre atualizando aquela nossa velha disposição para a servidão voluntária".[7]

Frantz Fanon conclamava seus "camaradas" da luta revolucionária de libertação argelina (1954-1962) a não pagarem tributo à Europa por meio da criação de Estados, instituições e sociedades que nela se inspirassem, aduzindo lucidamente que a humanidade esperava deles algo para além de um "mimetismo nauseabundo", o que explicita sua percepção da necessidade de uma completa desinstituição do arcabouço institucional.[8] Apesar de não contarmos com esquemas e modelos prontos diversos daqueles legados pelo colonialismo, acreditamos que essa falta de "imaginação política" para conceber projetos políticos outros poderia ser rompida caso os teóricos decoloniais implementassem aquilo que, recorrentemente, acusam a produção intelectual ocidental de não fazer: considerar as experiências ameríndias e afrodiaspóricas como formas potentes de agenciamentos político.

No documentário de 1983 intitulado *Quando as montanhas tremem*, filmado nas montanhas de Ixcán na Guatemala, os ameríndios quiches, então vítimas de uma cruzada genocida capitaneada pelo exército do país, explicavam a perseguição que seu povo sofria da seguinte forma: "Nos matam porque trabalhamos juntos, comemos juntos, vivemos juntos, sonhamos juntos". Nada mais acertado, uma vez que sob a óptica do regime capitalista, consolidado e mundializado a partir da colonialidade/modernidade europeia, as práticas comunitárias que não separam as singularidades de si mesmas e de outras singularidades não humanas são necessariamente culturas inimigas. Afinal, elas contradizem a unicidade do regime de indivíduos estanques em si mesmos e desafiam as categorias jurídico-político-econômicas que buscam se apresentar como alternativa única, mostrando que outros mundos são possíveis.

Apesar da opressão, do saque e do abandono, a "tradição dos oprimidos" nesta parte do mundo respondeu historicamente à "política como trabalho de morte" institucional por meio da conjuração de uma "política da vida" que, ao recusar a dicotomia ontológica de matriz ocidental entre cultura e natureza, constituía e constitui comunidades no sentido pleno da palavra. Nelas, por meio de expansões e deserções subjetivas, a vida é feita – e não apenas a vida humana – sob o signo do comum. Nesse sentido, tal tradição se configura, como bem aduz Eduardo Viveiros de Castro, como um exemplo de "rexistência" secular a uma guerra para "desexisti-la".[9] No entanto, presos a análises epistemológicas limitadas, subserviências teórico-acadêmicas e medos reformistas, muitos autores pretensamente decoloniais não trazem à baila as tradições subalternas que acreditamos ser semelhantes às sementes de trigo apresentadas por Walter Benjamin em *O narrador*. Apesar de terem ficado presas por milhares de anos em câmaras herméticas nas pirâmides do Egito, elas não perderam sua potência germinativa.[10]

No entanto, não é despropositada a normalização do não conhecimento dessas tradições e a despossessão desse nosso passado, afinal, como nos lembra Eduardo Galeano, "para que ignoremos o que podemos ser, oculta-se e mente-se sobre o que fomos".[11] A partir dessa constatação, a questão central que se põe é: Que ameaça ao poder constituído poderia emanar das tradições ameríndias e afrodiaspóricas das Américas? Em outras palavras: Por que as experiências de tais singularidades,

[7] KRENAK, *Ideias para adiar o fim do mundo*, p. 8.
[8] FANON, *Os condenados da terra*.
[9] VIVEIROS DE CASTRO, *Os involuntários da pátria*.
[10] BENJAMIN, *Magia e técnica, arte e política*.
[11] GALEANO, *Nosotros decimos no*, p. 78.

apesar de vítimas de séculos de violência, ainda intimidam os detentores do poder, dando ensejo à sua sanha genocida?

É importante não perdemos de vista como a separação das singularidades e do poder constitui uma operação indispensável executada pelo Estado para criar populações administráveis por meio da sua subordinação a um poder coercitivo, o que, conforme nos lembra Pierre Clastres, integra a essência do poder político separado da sociedade. Em seu estudo clássico sobre as comunidades ameríndias, Clastres destacou a maneira como essas sociedades recorrentemente tidas como primitivas em virtude da ausência de Estado não podiam ser encaradas sob o prisma da incompletude, pois não se tratava, na verdade, de "sociedades *sem* Estado", mas de "sociedades *contra* o Estado", ou seja, sociedades que se constituíam a partir da recusa de um poder coercitivo e separado dos seus membros porque nele percebiam uma relação de comando-obediência que conduziria inexoravelmente a uma divisão social entre dominantes e dominados.[12]

Se passássemos a levar a sério a tradição daqueles que violentamente foram constituídos enquanto sujeitos coloniais – e a escolha do termo "sujeito" aqui não é fortuita – e a celebrar a tradição dos vencidos e não a dos vencedores, poderíamos nos aproximar, por exemplo, do pensamento selvagem dos Guarani, que entendiam que o Mal, a fonte de infelicidade terrena, surgiria a partir da constituição do Uno. Acostumados que estamosaos constructos institucionais dos vencedores, pode soar estranho a maneira como, ao contrário do Bem, as promessas de promoção de segurança por meio da subordinação a um poder autônomo e não compartilhado são encaradas pelos Guarani, que hoje subsistem no Paraguai, como a hipóstase do Um, o triunfo do Estado e, por conseguinte, do Mal. Frente a uma possível concentração de poder pelos chefes – que deveriam deter apenas um "poder impotente" –, os guaranis se colocavam em movimento para fugirem do Mal, em um deslocamento migratório que era capaz de congregar a diversidade múltipla das tribos que, em comum, buscavam evitar a conversão dos chefes em soberanos capazes de impor normas coercitivamente ao todo social.[13]

Dessa forma, entendemos que essa política da busca do Bem – sem qualquer sentido metafísico-moral, evidentemente – que propugna a evasão diante de qualquer forma de poder separado que busque atomizar o corpo social e constituir o uno a partir da supressão do múltiplo, desvela o elemento propriamente comum dessas sociedades que, essencialmente igualitárias, se (des)constituíam sem cessar por meio do livre trânsito entre as fronteiras do eu que, caso rememoradas, nos abririam possibilidades de rompimento do isolamento individualista que caracteriza nossa sociedade e que, codificando e fixando as singularidades em indivíduos, transforma a potencialidade em ato e a plasticidade subjetiva em rigidez identitária.

Frente a tais tradições marginalizadas – inclusive por parte do pensamento que se propugna decolonial – e que escapam à "imitação caricatural" de instituições alienígenas que reproduzimos por meio de nossa "servidão voluntária", entendemos que a tarefa político-teórica em suspenso continua sendo, tal como afirmava Walter Benjamin, consagrar a construção histórico-filosófica à memória dos sem nome,[14] cientes de que o categórico da lembrança não significa apenas que o passado deva voltar à memória por meio da sua reescritura. O que as batalhas daqueles cujos modos de viver, pensar e fazer detinham a potencialialidade de desinstituir os ativos fundadores e mantenedores da colonialidade inerente à nossa ordem instituída exige de nós é se tornarem, novamente e de algum modo, possíveis. E é com esse objetivo que os artigos contidos neste dossiê temático visam contribuir.

Para tanto, buscamos privilegiar trabalhos que, diferentemente da corrente prática acadêmica, não se esqueçam que a crítica ao "totalitarismo epistêmico" ocidental não se encerra em si mesma, haja

[12] CLASTRES, *A sociedade contra o estado*.
[13] CLASTRES, *A sociedade contra o estado*.
[14] BENJAMIN, *G. S. I*, p. 1241.

vista que contém argumentos propositivos que nos convidam a estabelecer um diálogo crítico entre diversos projetos epistemológicos, em uma postura que se afasta dos fundamentalismos, perniciosos tanto na sua versão eurocêntrica quanto em sua faceta de "populismo epistêmico" – que parte do pressuposto de que o conhecimento produzido por singularidades subalternizadas seja, de partida e sem qualquer crítica, um conhecimento contestatório.

Nesse sentido, este dossiê congrega trabalhos que, aceitando a premissa de que a massiva importação acrítica de teorias pensadas em e para outras realidades histórico/sociais nos fez herdeiros de uma prática epistemológica submissa e reticente, assumem o desafio da "desobediência epistêmica", que não pretende levar a cabo uma negação pura e simples de todo o aparato teórico europeu, e sim dele fazer um uso estratégico. Dessa forma, a proposição aqui é de reunião de artigos que visem somar na conjugação de esforços para a descolonização do conhecimento, os quais, por meio de uma aplicabilidade contextualizada e marcada pelo cuidado de perceber qual alcance teórico é de fato compatível com saberes outros, provenientes da situcionalidades e de perspectivas de sujeitos coloniais, logram o feito de não recair tanto em um "universalismo desencarnado" quanto em um "provincianismo amuralhado" em si mesmo.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. Eds. Hermann Schweppenhäuser, Rolf Tiedemann e Tillman Rexroth. Frankfurt-am-Main: Suhrkamp, 1991.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas I. Trad. Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os Involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento. *Caderno de Leituras*, n. 65, Belo Horizonte, 2017, pp. 1-9.

CESAIRE, Aimé. *Lettre de démission du PCF à Maurice Thorez*, le 24 octobre 1956. Zist, 01 jul. 2023. Disponível em: https://www.zist.co/2023/07/01/lettre-de-demission-du-pcf-daime-cesaire-a-maurice-thorez-le-24-octobre-1956/. Acesso em 25/01/25.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GALEANO, Eduardo. *Nosotros decimos no*. Madrid: Siglo XXI, 2006.

GROSFOGUEL, Ramón. Diálogos descoloniales con Ramón Grosfoguel: Trasmodernizar los feminismos. Entrevista de Ramón Grosfoguel realizada por Doris Lamus Canavate. *Revista Tabula Rasa*, n. 7, 2007. Disponível em: http://www.revistatabularasa.org/numero-7/grosfoguel.pdf. Acesso em: 25 jan. 2025.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LORDE, Audre. *Irmãs outsider*: ensaios e conferências. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2019.